

Pedreiro com salário de 400 mil? Só no Senado.

17 AGO 1988

Ser pedreiro é um ótimo negócio no Senado Federal. Essa Casa do Legislativo tem um especialíssimo "quadro de obras", onde 242 funcionários — engenheiros, economistas, psicólogos, jornalistas, motoristas — estão contratados como mestres-de-obras, encarregados de serviços gerais, serventes, recebendo vencimentos que chegam aos 400 mil cruzados. Nenhum deles, obviamente, trabalha como pedreiro. Quando o Senado constrói ou faz reformas contrata empresas especializadas.

Essa obra de ficção funcional resiste há várias legislaturas e já chegou a ter mais de 300 funcionários — poucos pedreiros, mas sempre muitos universitários. Nesse quadro especial, os servidores são contratados sob o regime da CLT, sem exigência de concurso público: uma porta aberta para um eterno "trem da alegria" que acolhe apadrinhados de parlamentares e funcionários graduados do Senado.

Em 1983, por exemplo, Joaquim Galdino de Oliveira, motorista profissional, ganhava 104 mil cruzeiros como funcionário do Expresso União. Pelas mãos do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) conseguiu uma vaga no "quadro de obras" do Senado, onde foi contratado como auxiliar de almoxarife com salário de 68 mil cruzados. A perda nos vencimentos era compensada pela estabilidade no emprego de "jornada mais mansa" e a certeza de "melhoras futuras".

Joaquim — que jamais exerceu a função de auxiliar de almoxarife, nem



Jutahy Magalhães: comandando a secretaria.

trabalhou em obras — recebe hoje Cz\$ 179.248,68 mensais. Seu salário real é de Cz\$ 19.954,91. Os outros 150 mil são fruto de gratificações, horas extras, salário família, e até um "incentivo funcional", de Cz\$ 7.926,85.

Joaquim serve ao senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), na Primeira Secretaria do Senado, onde atua como "eficiente contínuo", segundo seus colegas. "Se não tivesse as gratificações estaria recebendo só uns 80 mil cruzados", reconheceu o funcionário, garantindo não conhecer nenhum de seus colegas do "quadro de obras" que efetivamente exerça a função de pedreiro.

Em gabinetes de parlamentares, secretarias e comissões estão espalhados os demais servidores do tal "quadro de obras", que tem folha de pagamentos

especial. Os gabinetes dos senadores José Richa (PMDB-PR), Mário Covas (PSDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), por exemplo, abrigam engenheiros que atuam como assessores e têm registro funcional de serventes ou encarregados de obras.

É justamente a Primeira Secretaria do Senado a responsável pela administração funcional da Casa. O senador Jutahy Magalhães, que comanda a secretaria, lida com essa dificuldade desde 1981, quando titular da Quarta Secretaria da Mesa diretora do Senado, então presidida por Passarinho. "O quadro de obras é um eterno problema", diz Jutahy.

Em 1982, o "quadro de obras" foi extinto. Claro que ninguém perdeu o emprego. Seus 300 funcionários, por decisão de Passarinho, foram simplesmente efetivados nas funções que realmente ocupavam. Poucos meses depois, no entanto, uma decisão dos senadores Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB) e Passos Porto (PDS-SE), da Mesa diretora, reativou a ficção do "quadro de obras", que persiste até hoje com 242 funcionários — 239 em folha de pagamento, com salário médio de 180 mil cruzados.

"Só a denúncia pública e a transparência nas informações podem acabar com as aberrações da Casa", diz Jutahy Magalhães, que propõe inclusive o relógio de ponto como a única maneira de combater as fantasias do Legislativo.

Tânia Fusco, de Brasília.